



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

## MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

**Número 176 - Março 2012**

### O TEMA CENTRAL DESTA EDIÇÃO: MULHERES EM RESISTÊNCIA

A “Economia Verde” é um conceito que vem ganhando força especialmente por ser o foco da próxima Cimeira da Terra Rio+20, das Nações Unidas.

Se bem é apresentado com uma roupagem “ecológica”, não propõe nenhuma das mudanças estruturais necessárias para reverter os problemas ambientais e sociais. Pelo contrário, abre novos nichos de negócio para os grandes capitais financeiros circularem. Trata-se, em definitivo, da mesma economia lucrativa que tem gerado a crise atual.

Um grande número de movimentos e organizações sociais está em alerta e resistem a este avanço. Nesta edição correspondente ao mês em que é celebrado o Dia Internacional das Mulheres, salientamos o papel que as mulheres têm nesse processo de resistência.

### NOSSA OPINIÃO

- **A resistência invisível das mulheres à mercantilização da vida**

### MULHERES EM ALERTA CONTRA OS NEGÓCIOS, COMO SEMPRE VESTIDOS DE VERDE

- **Novas encruzilhadas, mesmos atores: a economia verde dos poderosos, a resistência com vozes de mulheres**
- **Honduras: mulheres em luta pela terra em meio à violência e assassinatos**

### POVOS EM AÇÃO

- **Resposta pública do WRM à Forest Trends**
- **Ação pelos rios e contra as barragens**
- **Os países do Sul e as florestas não deveriam esperar nada de bom dos mercados de carbono**
- **Chamamento a moratória e fiscalização precautória da biologia sintética**

### NOSSA OPINIÃO

## - A resistência invisível das mulheres à mercantilização da vida

A luta das mulheres em todo o mundo é cotidiana. No entanto, o Dia Internacional da Mulher se constitui, desde o século XX, como um momento singular dessa luta. Mulheres de todos os continentes, sejam elas urbanas, camponesas, indígenas, negras, lésbicas, entre tantas outras, marcam essa data nas ruas, levantando suas bandeiras, que são inúmeras, contra as chamadas desigualdades de gênero, que ocorrem em âmbito local e global.

Entre os marcos da luta internacional das mulheres, não se pode deixar de lembrar a *Conferência Mundial sobre Direitos Humanos*, realizada em Viena, em 1993, quando foi deflagrada a palavra de ordem “os direitos das mulheres também são direitos humanos”. Outro momento importante foi a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra as mulheres, conhecida como Convenção de Belém do Pará, ocorrida em 1994. A violência contra mulheres, particularmente aquela denominada de violência doméstica, que ocorre dentro de casa, é um dos fenômenos mundiais que mais têm afetado a vida e a dignidade das mulheres.

Contudo, outras expressões de violência marcam suas vidas: a dupla jornada de trabalho, a superexploração da sua força de trabalho, o processo de feminização da pobreza e da AIDS, a perda dos seus territórios para grandes empreendimentos, a contaminação e a degradação dos rios e do solo, dos quais dependem para a sua subsistência. Não há dúvida de que as mulheres têm muitos inimigos e, talvez, o mais feroz deles, depois do patriarcado, seja o capitalismo. A capacidade que esse modo de produção tem de mercantilizar a vida como um todo recai, sobremaneira, sobre as mulheres. As mulheres têm seus corpos mercantilizados, transformados em mercadorias, por meio de propagandas nos meios de comunicação, e são traficadas para alimentar a rede de prostituição na Europa. Além disso, as mulheres têm que lidar também com as estratégias para a mercantilização da natureza, como as falsas soluções criadas para o chamado “enfrentamento” da crise climática”.

ONGs e fundações chamadas de “ambientalistas” se apropriam de áreas coletivas de florestas, buscando restringir ou até mesmo proibir o acesso de populações locais a essas áreas, com o intuito de “preservá-las” para o comércio de serviços ambientais, como carbono com projetos REDD+. Nesse contexto, são as mulheres que mais sofrem por causa da humilhação e da repressão constantes nos lugares onde ocorre esse tipo de projeto.

Quando a comunidade perde seu território de uso coletivo para um projeto de comércio de serviços ambientais, invariavelmente, guardas florestais e, sobretudo, milícias armadas, públicas e/ou privadas, começam a vigiar e perseguir a comunidade. As mulheres, por estarem mais em casa cuidando dos afazeres domésticos, da horta e dos filhos, ficam mais vulneráveis.

Além disso, nas áreas afetadas por projetos de carbono ou de serviços ambientais costumam-se proibir roças itinerantes, uma prática frequente entre comunidades florestais com forte participação das mulheres e que garante uma base alimentar saudável das famílias e, ao mesmo tempo, permite gerar renda com a

comercialização do excedente em lugares próximos.

Dessa forma, conclui-se que as mudanças produzidas a partir da criação de mecanismos de mercado para uso da natureza violam um direito fundamental que é o direito à alimentação, sobretudo a uma alimentação saudável. Também é importante lembrar que mudanças nos hábitos alimentares com a introdução de produtos industrializados, alimentos com agrotóxicos, levam ao surgimento de novas doenças antes desconhecidas.

No mais, a perda de áreas para plantio de alimentos gera outros impactos: muitas mulheres têm que sair para vender sua força de trabalho cada vez mais longe de casa. No entanto, apesar de assumir novas funções no mundo do trabalho, a mulher continua sendo a principal responsável pelo trabalho doméstico. A sobrecarga de trabalho das mulheres tem contribuído para seu processo de adoecimento. Doenças como câncer de mama e de colo de útero se manifestam cada vez mais cedo no corpo feminino. Hipertensão arterial, que era um das principais adversárias da saúde masculina, atinge, na atualidade, mais mulheres do que homens.

O irônico é perceber que, apesar de as mulheres serem as principais impactadas, suas imagens são usadas em peças publicitárias para a promoção de projetos de comércio de carbono ou de serviços ambientais.

Acreditamos que nosso papel, não somente no Dia Oito de março, mas em todos os dias do ano, é contribuir para dar maior visibilidade tanto à luta quanto à realidade das mulheres, e também apoiar as lutas das organizações de mulheres contra todo tipo de opressão, inclusive pela nova onda da mercantilização da vida em tempos de *economia verde*.

Início

---

## **MULHERES EM ALERTA CONTRA OS NEGÓCIOS, COMO SEMPRE VESTIDOS DE VERDE**

**- Novas encruzilhadas, mesmos atores: a economia verde dos poderosos, a resistência com vozes de mulheres**

*O negócio se veste de verde*

A humanidade transita por velhas trilhas com roupagens novas. O atual modelo civilizatório, que se apresenta como hegemônico, mas que na realidade reflete os interesses de uma minoria, está levando o planeta a seus limites, o que se evidencia pelas múltiplas crises.

Na Cimeira da Terra, celebrada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, os governos do mundo reconheceram que o planeta atravessava uma severa crise ambiental. A partir do renomado relatório Brundtland, surgiu o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, um tipo de desenvolvimento pelo qual seria possível manter e aumentar o crescimento sem colocar em risco as futuras gerações. Desde então, foram adotadas uma série de Convenções sobre Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas que supostamente estavam voltadas para conter a crise

ambiental.

Parecia que o futuro da humanidade teria uma chance. Contudo, não foi abordada a raiz do problema: o sistema capitalista e sua lógica de crescimento infinito. Os interesses envolvidos foram mais fortes e, em vez da mudança necessária, a resposta foi abraçar e impulsionar animosamente saídas neoliberais que mercantilizam a natureza.

Agora, 20 anos depois, rumo a outra Cimeira no Rio, a crise ambiental tem se aprofundado e o “Desenvolvimento Sustentável” leva o rótulo de “Economia Verde”. Incorporada em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a “Economia Verde” propõe a mudança para as energias renováveis mas o sistema produtivo, comercial, financeiro e de consumo continua o mesmo

Sem dúvidas, a proposta beneficia as principais economias capitalistas que, submersas em graves crises financeiras e econômicas, encontram na “economia verde” uma saída para suas empresas acumularem capital e obterem mais lucros a partir de atividades produtivas e também especulativas. Trata-se de redirecionar os investimentos para a natureza, que se transforma em ‘capital natural’, além de investir em novas tecnologias supostamente limpas, como o uso da biomassa e no ‘mercado de emissões de carbono’.

Nesse contexto, o conceito de pagamento por serviços ambientais está no olho da tormenta. “A Economia dos Ecossistemas e a Biodiversidade” (TEEB, sigla em inglês), uma proposta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foi o instrumento para atribuir valor econômico à biodiversidade, um obstáculo importante para os incentivadores do comércio da natureza.

Nessa perspectiva, os “serviços ambientais” e sua “comercialização” tornaram-se um elemento central da “Economia Verde”. O resultado será, conforme Silvia Ribeiro do grupo ETC que monitora e pesquisa esse projeto, uma “maior mercantilização e privatização da natureza e dos ecossistemas, integrando suas funções, definidas como ‘serviços’, aos mercados financeiros”. (vide Boletim 175 do WRM).

Os mercados de carbono entram nessa lógica perversa. Ainda que sua origem seja anterior à difusão atual do conceito de “Economia Verde”, eles são uma amostra de como se pretende mercantilizar e, portanto, privatizar o ar, a água, as florestas e a diversidade.

### *Comércio de ilusões*

O Protocolo de Kyoto aceitou os mercados de carbono regulamentados dentro da figura do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Assim, as empresas que pouparem emissões poderão vendê-las, transformá-las em bônus a outras empresas que acharem mais conveniente amparar-se nesses papéis e continuar poluindo.

Os mercados de carbono fazem parte do processo denominado “financeirização” da natureza, no qual as finanças predominam sobre o setor produtivo, animadas por

sua progressiva desregulação. Nesse contexto, os mercados de capitais, com a emissão de bônus ou ações, passaram a ser as principais fontes de investimento.

Mais de US\$ 100 bilhões de dólares anuais são movimentados atualmente nas especulações do mercado de carbono, com numerosos fundos de investimento e destacados atores financeiros que investem agora no mercado das licenças de carbono: Deutsche Bank, Morgan Stanley, Barclays Capital, Rabobank, BNP Paribas Fortis, Sumitomo, Kommunalkredit, e Cantor Fitzgerald (1).

Até 2010, grande parte do crescimento do volume do comércio de carbono ocorreu no mercado de carbono secundário, isto é, naquele em que a negociação é realizada entre operadores financeiros. O que começa no mercado primário como um suposto projeto de redução de emissões em um país do Sul, que seria vendido na forma de certificados a um comprador do Norte, acaba sendo uma atividade totalmente financeira, sem nenhum benefício adicional para o clima e para as comunidades que dependem das florestas, que supostamente, como anuncia a propaganda, seriam beneficiadas com o dinheiro que receberiam por não fazer uso delas.

Foi criado um complexo sistema financeiro baseado na falácia de estabelecer uma equivalência entre o carbono fóssil liberado do subsolo, onde ficou armazenado de forma permanente durante milhões de anos, e o carbono da biosfera armazenado temporariamente nos vegetais. O carbono fóssil liberado, extraído e queimado não pode ser armazenado outra vez de forma segura no subsolo porque os sistemas biológicos e geológicos não têm essa capacidade.

Na realidade, não há outra solução a não ser deixar no subsolo a maior parte do carvão mineral, o petróleo e o gás ainda inexplorados. Mas há muitos e poderosos interesses que resistem e então a criatividade é usada para inventar novas formas de fazer mais negócios com a natureza e evitar a mudança necessária.

O mercado, que se expande até âmbitos impensáveis, como no caso da poluição, não resolve o problema da mudança climática, pelo contrário, o agrava, já que o afasta da necessidade de introduzir uma mudança estrutural para um sistema que não dependa do consumo de combustíveis fósseis. Agrava também a desigualdade e permite que os países que devem seu crescimento não apenas à exploração de outros povos como também à poluição que liberam na atmosfera, descumpram sua responsabilidade histórica.

#### *As florestas na bolsa de valores*

Agora as florestas tropicais estão no auge e, infelizmente, não por uma preocupação genuína de conservá-las, mas como base de transações inaceitavelmente complexas. A proposta de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) é um mecanismo introduzido no Protocolo de Kyoto em 2010 no contexto das negociações sobre a mudança climática realizadas na Cúpula de Cancun. Atribuindo um valor monetário ao carbono armazenado nas florestas sob o argumento de que é um incentivo para que os países do Sul encontrem maior rentabilidade na conservação das florestas do que no seu corte, REDD propõe que as emissões supostamente “reduzidas” - por terem

evitado o desflorestamento- sejam comercializadas nos mercados de carbono.

Além de as propostas REDD implicarem custosos e nada confiáveis sistemas de monitoramento do fluxo de carbono, têm levado a que a voraz busca de biomassa e créditos de carbono aponte para os povos das florestas, buscando seduzi-los ou, em caso contrário, subjuguá-los com coerção.

Um artigo publicado pela Agência Latino-americana de Informação (ALAI), na revista América Latina em Movimento, faz referência aos “povos indígenas ou comunidades, numericamente pequenos em geral, como tendo pouca ou nenhuma experiência em lidar com o mundo da modernidade ocidental. Muitos, com uma tênue ou nula posse legal de suas terras e territórios, irão enfrentar crescentes pressões para negociar, direta ou indiretamente, com poderosos atores internacionais, os direitos sobre seus territórios e recursos...

Evidentemente, as comunidades terão menos condições de negociar com conhecimento adequado da complexidade do processo internacional e de desentranhar suas implicações. Não são poucos os casos de comunidades que aderiram a sedutoras promessas- verdadeiras ou falsas-, sem medir as consequências para seus meios de sustento; ou de dirigentes que cedem à tentação de recursos rápidos, às vezes através da corrupção. Também há comunidades com pouca força de negociação que foram marginalizadas de suas terras, ou aceitaram condições irrisórias. Os termos de negociação são, portanto, extremamente desiguais, e quando as comunidades resistem, com frequência seus integrantes correm o risco de serem expulsos, encurralados ou, inclusive, eliminados fisicamente. A história da conquista reitera-se sob novas modalidades”(2).

Em um país como a Indonésia, ao mesmo tempo em que as concessões de petróleo e mineração continuam e se ampliam, e as plantações de dendzeiros cobrem 11 milhões de hectares sem perspectiva de serem paralisadas, há mais de 40 projetos REDD e um altissonante discurso governamental sobre a importância de “salvar as florestas”. A organização WALHI/ Amigos da Terra Indonésia manifestou-se categoricamente contra os mercados de carbono e contra o REDD. Em uma entrevista realizada por REDD- Monitor a Teguh Surya, diretor de campanha da WALHI, ele afirmou que “se uma pessoa quiser salvar seus pulmões deve deixar de fumar. O governo diz que salvaremos as florestas de Kalimantan, que são ‘os pulmões do mundo’, mas apenas 45% delas, porque continuarão destruindo os 55% restantes. Uma pessoa não pode cuidar de seus pulmões se continua fumando. É impossível.”(3)

No entanto, os créditos REDD ainda não foram aceitos pelo Regime de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia (EU ETS), que atualmente maneja 97% do mercado de carbono existente. Devem ser negociados, portanto, em um mercado voluntário, que não está regulado- até agora serve basicamente para “maquiar” a imagem das empresas- e é muito menor que o mercado oficial de Kyoto, que ainda está no estágio de preparação de REDD.

Apesar disso, os atores que têm um forte interesse em que REDD seja implementado continuam fazendo todo tipo de esforços e comprometendo

volumosos recursos em projetos cuja concretização se apresenta incerta pela experiência de promessas descumpridas, pelos condicionamentos que acompanham os financiamentos e pelas atuais crises financeiras, como aponta um recente relatório de diversas organizações sociais (4) .

#### *Dando visibilidade à dimensão de gênero*

As florestas também não são meros receptáculos de carbono. Fornecem, principalmente, meios de vida, subsistência e renda a mais de 1,6 bilhões de pessoas no mundo, como registra o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os setores camponeses e indígenas são os que mais dependem das florestas. Entre eles, a maior parte é constituída por mulheres cuja sobrevivência depende dos alimentos encontrados nesses locais.

Nesse contexto, começam a influir as relações de gênero, que explicitam os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Na divisão de funções, foi atribuída às mulheres a tarefa de cuidar do lar e de tomar conta da saúde e da educação de suas famílias. Durante séculos, as mulheres rurais têm sido responsáveis pelos afazeres domésticos; de cuidar e alimentar suas famílias; de cultivar, intercambiar sementes e comercializar as hortas familiares, ocupando, em geral, um lugar socialmente invisível.

Conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), citados em um artigo de Esther Vivas, integrante do Centro de Estudos sobre Movimentos Sociais (CEMS) da Universidade catalã Pompeu Fabra (5), em numerosos países africanos, as mulheres representam 70% da mão de obra no campo, são responsáveis pela providência de 90% da água de uso doméstico e por 60 a 80% da produção de alimentos consumidos e vendidos pela família. Elas tomam conta de 100% do processamento de alimentos, de 80% das atividades de armazenamento e transporte de alimentos e de 90% do trabalho destinado a preparar as terras antes do plantio.

Outros dados fornecidos pela agência Inter Press Service e recolhidos em um artigo da Associação para os Direitos da Mulher e o Desenvolvimento (AWID) (6) revelam que “as mulheres juntam lenha nas florestas e carregam água desde rios e lagos para consumo doméstico. Elas sustentam suas famílias e comunidades com os produtos da terra. Ainda assim, na maioria dos países africanos, seus direitos legais de possuir propriedades não estão garantidos. Apenas 1% das mulheres na Tanzânia tem títulos de terra legais. No Zimbábue, chega a 20% de mulheres com títulos de terra. Porém, apesar de ser um número relativamente alto, ‘raras vezes elas se beneficiam’ de sua terra”.

O artigo explica como a expansão de monoculturas para a fabricação de agrocombustível, um dos motores da concentração de terras, tem feito com que, em Gana, “os meios de vida tradicionais de muitas mulheres que dependiam de suas culturas de cacau e dendezeiro sejam erodidos em decorrência das apropriações de terra. Viúvas etíopes, que já foram despojadas de seus direitos à propriedade da terra e têm que cultivar ‘terras marginais’, ficaram agora mais despossuídas devido à apropriação de terras para o cultivo de biocombustíveis”.

Em muitos casos de mudanças no uso do solo, que têm provocado a destruição de florestas e outros ecossistemas para dar passagem a monoculturas, a incorporação das mulheres ao trabalho assalariado tem significado uma dupla carga de trabalho para elas, que continuam cuidando de suas famílias e, ao mesmo tempo, trabalhando para obter uma renda. Muitas vezes, os empregos são precários, com salários mais baixos que os dos homens pelas mesmas tarefas, o que, às vezes, faz com que trabalhem mais horas para aumentar sua renda.

No caso do uso das florestas, o conhecimento que as comunidades locais têm das árvores e dos produtos não madeireiros da floresta é complexo e tem suas raízes na tradição, mas também tanto esse conhecimento quanto o uso das florestas têm um viés de gênero que implica uma distribuição assimétrica do acesso ao poder e de sua distribuição entre homens e mulheres, como o reconhece o programa REDD das Nações Unidas em um recente relatório.

Cabe salientar a reflexão que faz o relatório de que o uso do termo “comunidade”, como unidades homogêneas, estáticas, harmoniosas e “sem gênero” nas quais as pessoas compartilham interesses e necessidades comuns, ocultam relações de poder e mascaram os interesses e necessidades baseados, por exemplo, em idade, classe, casta, grupo étnico e gênero. O relatório convida a questionar as diferenças de gênero, isto é, o que significa ser homem ou mulher em determinado contexto, e faz referências a estatísticas, tanto da agricultura quanto do uso das florestas, que revelam que as mulheres trabalham mais horas que os homens, sobretudo em atividades vinculadas à subsistência e ao cuidado da família. Isso se traduz em menos tempo livre para participar de outras atividades que possam contribuir para sua formação e informação.

Também há dimensões de gênero nos direitos à terra e no acesso a ela, mediadas por práticas consuetudinárias e construções jurídicas. Essa desigualdade é crucial, visto que a terra é um bem vital para a produção de alimentos.

Apesar de seu papel chave na subsistência, as mulheres podem vir a ser mais afetadas por situações de crise alimentar, como se deduz de dados da FAO que afirmam que, em 2008, quando houve o aumento dos preços dos alimentos em alguns países, os lares chefiados por mulheres ficaram mais vulneráveis do que aqueles chefiados por homens, porque elas destinavam uma maior proporção da renda familiar à aquisição de alimentos e tinham menores possibilidades de responder ao problema aumentando sua produção de alimentos.(8) Conforme pesquisas de Fraser, A., citadas por Esther Vivas no artigo antes mencionado, um número alto de mulheres não tem a garantia do acesso à terra como um direito. Em vários países, as leis proíbem esses direitos e, em outros, nos quais existem tradições e práticas impedem as mulheres de ter o direito de propriedade sobre a terra, e assim não controlam sua venda nem a transmissão a seus filhos. A organização da Índia Karnataka State Farmers Association, da Via Campesina, aponta no referido artigo que as mulheres camponesas praticamente não têm direitos e são consideradas “agregadas” dos homens. “As mulheres rurais são as mais intocáveis dos intocáveis dentro do sistema social de castas.”

O mesmo ocorre na África quanto ao acesso à terra. A mulher não tem direito de herança e, nos casos em que ficar viúva, perde a terra e outros bens. Contudo, as



mulheres africanas lutam e se organizam para enfrentar o recente avanço das concentrações de terra e exigem que sejam garantidos seus direitos a possuir propriedades e recursos naturais. E é assim que o Quênia adotou recentemente uma política nacional que estabelece os direitos das mulheres a possuir terra. Já a Tanzânia tem uma lei que exige a participação das mulheres nos órgãos locais para administração da terra. Por outro lado, em 2009, a União Africana adotou o Quadro e Diretrizes sobre a Política de Terras na África, que obriga os Estados a garantir o acesso equitativo à terra e reconhece o papel da colonização em reforçar o patriarcado nas leis de propriedade da terra ao “outorgar direitos de título e herança aos homens da família” e permitir a discriminação das mulheres em questões de direito pessoal (matrimônio e herança), como revela o artigo da AWID antes mencionado.

O agronegócio, que tem encontrado uma nova via no contexto da economia verde, implicou a desarticulação de economias familiares, mercados locais e usos sustentáveis do solo. A produção mecanizada em grande escala que dá lugar às monoculturas, e a perda das florestas provocaram a perda de soberania de inúmeras comunidades locais. O vínculo das mulheres com a floresta, seu papel de abastecedoras, sua relevância na comunidade são violentamente alterados, mas não como produto de um processo consciente de busca pela mudança e sim como resultado de uma ruptura brusca e externa. As “soluções” mercantis de apropriação da terra, da água e do ar afetam duplamente as mulheres em situação de falta de direitos e maior vulnerabilidade.

#### *As mulheres: oprimidas que não calam*

Dentro dos formatos de “serviços ambientais” prontos para vender no mercado de carbono, as propostas REDD e sua versão ampliada REDD+ irromperam com força e, tentando camuflar a situação, buscam contemplar a situação das mulheres com a tentativa de incluir a dimensão de gênero em sua formulação, como é apresentado no programa REDD das Nações Unidas (7), no documento citado anteriormente. REDD se apresenta, então, como um fato consumado, do qual é necessário participar a fim de melhorá-lo. E se tiver representação de gênero, o aval será muito maior.

Os processos de privatização de bens outrora comuns para as comunidades- terra, água, floresta- conduzem, em muitos casos, a uma intensificação da migração, que atinge a mulher em sua responsabilidade histórica de tomar conta da família. Uma migração caracterizada como um processo de “urbanização desconectada da industrialização” (vide artigo de Esther Vivas) empurra as mulheres rurais para as cidades, que as engolem em suas áreas marginais, onde sobrevivem da economia informal. As mulheres são um componente essencial dessas correntes nacionais e internacionais migratórias que implicam o desmantelamento e abandono de famílias, terras, formas de produção e vida.

O pagamento pelo “serviço ambiental” que a floresta fornece, além de ser incerto e indubitavelmente insignificante, é um incentivo perverso em situações de comunidades já encurraladas pela destruição provocada pelo agronegócio que avança. De forma fraudulenta, essa comercialização da vida conspira contra o vínculo sagrado que tem unido ancestralmente, sobretudo os povos indígenas com

a natureza, em uma cosmologia que historicamente os transformou em guardiões das florestas. Por trás de REDD, o que fica é a perda do acesso às florestas e a seu uso pelas comunidades e povos indígenas. E, pela função da mulher rural e indígena, isso irá afetá-la de forma especial, como já comentamos.

Como consequência, outras vozes vêm à tona: o direito a dizer “Não a REDD!” ocorreu justamente durante a COP 16, que incorporou o mecanismo REDD, quando numerosas mulheres, junto a organizações de várias partes do mundo, reafirmaram a importância de salvaguardar os direitos das mulheres e por isso mesmo se manifestaram contra as iniciativas REDD. Os argumentos dessa declaração, que contribuímos a divulgar em seu momento (vide [http://www.wrm.org.uy/temas/mujeres/Posicion\\_mujeres\\_REDD.html](http://www.wrm.org.uy/temas/mujeres/Posicion_mujeres_REDD.html)), continuam em vigor.

Por sua vez, no Dia Internacional da Mulher, a Marcha Mundial das Mulheres se manifestou em sua declaração contra “o novo saque e apropriação do capital sobre os recursos naturais” e rejeitou “a cultura do consumo que vai empobrecendo mais as comunidades, gera dependência e extermina as produções locais”. A MMM anunciou: “continuamos marchando, resistindo e construindo um mundo para nós, os outros, os povos, os seres vivos e a natureza. Essas ações continuam enfrentando os embates do paradigma mortal do capitalismo com suas falsas saídas para as crises e de uma ideologia fundamentalista conservadora”. E reiterou que “continuaremos nos fortalecendo desde nossos corpos e territórios em resistência e defesa deles, aprofundando nossos sonhos de transformações estruturais em nossas vidas e marchando até que todas sejamos livres! Apelamos à articulação de nossos movimentos e às alianças com os outros movimentos, pois só assim construiremos um mundo em liberdade” (9).

No Brasil, 1.150 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam no dia 1º de março uma plantação de eucaliptos da empresa Suzano Papel Celulose (10), no extremo sul da Bahia. A ocupação fez parte das jornadas organizadas pela Via Campesina Brasil em torno do dia internacional de luta das mulheres. O objetivo foi denunciar o desemprego, a pobreza, a desigualdade social, a expulsão do campo que decorrem das monoculturas de eucaliptos, que têm usurpado terras de áreas de floresta. Outras 2.000 mulheres marcharam pelas ruas da cidade de Curitiba (11) em rejeição ao agronegócio, a violência do capital e do patriarcado; à aprovação do Novo Código Florestal, que supõe um avanço do agronegócio, vide Boletim Nº166 do WRM, e a economia verde impulsionada pelo grande capital.

As mulheres vão além e, apresentando uma saída para o agronegócio, erguem bem alto a bandeira da soberania alimentar. O monopólio de um grupo de transnacionais que conta com o apoio de governos e instituições internacionais (Banco Mundial, FMI, etc.), e veiculam as políticas em seu favor (de privatização, de abertura forçada à economia global, os tratados de livre comércio) se apropriou do sistema de produção de alimentos para transformá-lo em um negócio a mais.

Como aponta a organização GRAIN, o problema não é a falta de alimentos, mas a falta de acesso a eles. Em 2008, a produção mundial de grãos tinha triplicado em relação com a década de 1960, enquanto a população tinha dobrado. São as

políticas produtivas, comerciais e de preços as que condenam pessoas à fome em meio da abundância.

Diante disso, a soberania alimentar torna-se um processo de resistência popular cuja conceptualização permite aglutinar os movimentos sociais em torno de um acordo comum de objetivos e ações. A soberania alimentar põe seu foco na autonomia local, nos mercados locais e na ação comunitária e incorpora aspectos como a reforma agrária, o controle territorial, a biodiversidade, a cooperação, a saúde. Implica recuperar o direito a escolher o quê, o como e o onde produzir os alimentos. E nesse sentido, como bem aponta Vivas, é uma perspectiva inerentemente feminista.

O poder continuará buscando fórmulas e resquícios para se perpetuar, mas também a resistência continuará encontrando vozes, entre elas as de um número cada vez maior de mulheres.

1- “Mercados de carbono. La neoliberalización del clima”, Larry Lohmann, 2012, Ediciones Abya-Yala, em español:

[http://www.wrm.org.uy/temas/REDD/mercados\\_de\\_carbono.pdf](http://www.wrm.org.uy/temas/REDD/mercados_de_carbono.pdf)

2- “Pueblos selváticos en la encrucijada”, Sally Burch, América Latina em Movimiento, El cuento de la economía verde, <http://alainet.org/publica/alai468-9.pdf>

3- Interview with Teguh Surya, WALHI: “We are against REDD. We are against carbon trading,” Chris Lang, March 9, 2012, redd-monitor.org, <http://www.redd-monitor.org/2012/03/09/interview-with-teguh-surya-walhi-we-are-against-redd-we-are-against-carbon-trading/>

4- “O mercado de carbono não é a solução que promete ser para governos, florestas e populações do hemisfério sul”, published in February 2012 by various civil society organizations, [http://www.fern.org/sites/fern.org/files/carbonleaflet\\_25nov.pdf](http://www.fern.org/sites/fern.org/files/carbonleaflet_25nov.pdf)

5- “Without women there is no food sovereignty”, Esther Vivas, 2012, <http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article2473>

6- La Más Reciente Fiebre Por La Tierra En África: Repercusiones De Los Acaparamientos De Tierra Para Los Derechos De Las Mujeres”, AWID, 10/02/2012, <http://awid.org/es/Las-Noticias-y-Analisis/Notas-de-los-Viernes/La-mas-reciente-fiebre-por-la-tierra-en-Africa-Repercusiones-de-los-acaparamientos-de-tierra-para-los-derechos-de-las-mujeres>

7- “The Business Case for Mainstreaming Gender in REDD+”, December 2011, UN-REDD Programme

8- “The State of Food and Agriculture - 2010-2011”, Women in Agriculture: Closing the gender gap for development; Women's work, <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e02.pdf>

9- Declaração da Marcha Mundial das Mulheres no Dia Internacional das Mulheres, 2012, <http://www.marchemondivale.org/news/mmfnnewsitem.2012-03-05.8809414578/es>

10- “Mulheres do MST ocupam fazenda da empresa Suzano, no município de Alcobça-Bahia”, MST, <http://www.mst.org.br/Mulheres-camponesas-ocupam-fazenda-da-Suzano-Papel-e-Celulose-no-sul-da-Bahia>

11- “Marcha reúne 2 mil mulheres do campo e cidade em Curitiba por Código Florestal”, Camilla Pinheiro and Pedro Carrano, <http://www.mst.org.br/node/13026>

Início

---

### **- Honduras: mulheres em luta pela terra em meio à violência e assassinatos**

Camponeses e camponesas do Vale do Aguán, Honduras, sofrem uma violenta repressão depois de terem realizado ações organizadas para reaver suas terras, que lhes haviam sido entregues como parte de uma reforma agrária truncada no início da década de setenta.

A Lei de Reforma Agrária aprovada em 1972 colonizou uma região que até o momento não estava destinada à produção agrícola: o Baixo Aguán. Nesse momento, começa a ser preparada a expansão das monoculturas de dendezeiros na região, destinadas, no começo, à indústria cosmética e gastronômica e, atualmente, promovida também para agrocombustíveis.

Naquele momento, promoveu-se a criação de cooperativas de trabalho e empréstimos foram facilitados para a plantação de dendezeiros. Com o apoio da Banca Internacional e do Estado hondurenho se construíram rodovias e demais infraestrutura, o que facilitou o acesso às terras.

Depois disso, na década de noventa, a Lei de Modernização e Desenvolvimento do Setor Agrícola possibilitou a concentração de terras nas mãos de terratenentes locais, como Miguel Facussé, que deram outro impulso à produção extensiva das monoculturas de dendezeiros em grande parte do território do norte de Honduras, especialmente no Baixo Aguán. As famílias que tinham sido beneficiadas pela reforma agrária foram induzidas, em alguns casos, e forçadas em outros, a entregar suas terras a esses terratenentes.

Muitas dessas famílias enfrentaram a situação de perda de seus meios de vida e começaram a organizar-se em movimentos camponeses, exigindo do governo o que consideravam seu direito à terra. A partir do ano de 2000, depois de infrutíferas e extensas negociações, os camponeses decidiram reaver seu território, iniciando um processo de recuperação de terras semeadas com dendezeiros que reivindicavam como sendo deles.

O golpe de Estado de 2009 aprofundou o conflito agrário no Aguán e a violação aos direitos humanos se agravou a ponto de motivar que algumas organizações de Direitos Humanos fizessem um acompanhamento e lhes desse difusão mundial. Uma missão internacional se apresentou na área e redigiu o relatório “Situación de los Derechos Humanos en el Valle del Aguán” (Situação dos Direitos Humanos no Vale do Aguán), que relatava: “a repressão se evidencia desde diferentes ações e

omissões do Estado, que vão desde a violência exercida por policiais, militares e guardas de segurança privada dos terratenentes até a utilização do sistema judiciário para intimidar e desalentar a luta pela terra”. (1)

Além disso, diferentes organizações sociais e de Direitos Humanos nacionais e internacionais e movimentos camponeses do Aguán criaram, em 2011, o Observatório Permanente Internacional de Direitos Humanos do Baixo Aguán, um espaço de apoio, observação e acompanhamento para prevenir as violações dos direitos humanos.

### **ÚLTIMO MOMENTO**

Na madrugada de 12 de março deste ano, foi encontrado assassinado o camponês Marvin José Andrade, da comunidade de Cayo Campo, perto do assentamento camponês La Lempira. Seu corpo, encontrado num desvio da rodovia, tinha graves queimaduras e sinais de tortura. Vizinhos da comunidade asseguram que tinha recebido ameaças de morte de parte de guardas de segurança dos empresários terratenentes vizinhos.

Líderes das comunidades camponesas e membros do Observatório Permanente Internacional de Direitos Humanos têm denunciado o recebimento de novas ameaças de morte. Apesar disso, continuam firmes na defesa da vida e da preservação dos direitos humanos fundamentais de nossas comunidades e povos.

### ***Mulheres pela terra: histórias de resistência***

Nessa história de luta pela terra, se entrelaçam muitas histórias silenciosas de mulheres que têm resistido como mães, esposas, dirigentes e trabalhadoras. “As mulheres vivem num ambiente em que todos os seus direitos estão vulneráveis a violações: não têm acesso a terras de cultivo nem a qualquer outro meio para produzir o que lhes permita sobreviver. Perante essa situação, as mulheres são obrigadas a procurar alternativas para a sobrevivência: quebrando barreiras de gênero, lutando junto com seus companheiros camponeses, incorporando-se a todas as tarefas para enfrentar sua atual situação.

As mulheres são permanentemente coagidas pelos guardas de segurança privada, policiais, militares e da força naval. Elas têm medo de ir ao trabalho, o que incide negativamente em sua renda, agudizando sua situação. Nos despejos e coações, são vítimas da violência contra seus corpos e contra seus seres queridos.” (1)

Em ocasião do Encontro Internacional pelos Direitos Humanos, realizado em fevereiro deste ano (2), pudemos percorrer algumas comunidades locais, como assentamentos camponeses, onde conversamos com as camponesas Consuelo e

Guadalupe. A partir de seus depoimentos, exemplificamos a luta de muitas mulheres por terra, dignidade e um futuro melhor para seus filhos e demais famílias camponesas.

*Consuelo, mulher, mãe e militante, assentamento La Lempira, Baixo Aguán, Honduras. Integrante do “Movimiento Unificado Campesino del Aguán – MUCA” (Movimento Unificado Camponês do Aguán).*

“Há 5 anos, decidi unir-me ao movimento de luta pela recuperação de terras. Os movimentos camponeses surgem há vinte anos para defender e reaver as terras no Baixo Aguán. Desde essa época, a repressão não tem cessado e o golpe de Estado de 2009 intensificou a situação. Todos os acordos assinados não foram cumpridos. Prometeram-nos a venda de setores ocupados de terra e terras sem cultivar nas áreas reavidas, mas isso não se cumpriu até agora. Pedem-nos preços muito altos por terras que já eram de reforma agrária, não nos dão anos de carência que solicitamos e os juros que nos cobram são altíssimos.

A perseguição é constante e aguda. Cada dia se agrava a situação com ameaças de morte. Há tortura psicológica, sobretudo porque os membros dos movimentos que pertencemos às diferentes empresas [organização camponesa similar a uma cooperativa] em recuperação de terras estamos presos nos assentamentos porque não temos liberdade de circular fora de onde estamos reassentados, porque corremos o risco de ser assassinados ou seqüestrados.

Aqui na área sabe-se que as ameaças são de parte dos terratenentes, porque eles são donos de tudo, eles têm o dinheiro, as armas e têm tudo. São os principais responsáveis pela perseguição, assassinatos e principais atos violentos contra camponeses e camponesas. Nós chamamos René Morales e Miguel Facussé de donos da morte, porque eles decidem quando alguém vai morrer.

A vida de nós, mulheres, que estamos lutando em movimentos camponeses ou em diferentes organizações para gerar mudanças em nosso país ou em nossos lares, é muito difícil, porque sempre temos sido objeto de violência. Dizem que as mulheres são mais débeis. Mas na verdade estamos lutando em muitas frentes, como pela terra, contra a privatização da educação, da saúde, entre outras reivindicações. Nós, como mulheres hondurenhas, temos elevado nossa auto-estima e continuamos na luta para transformar nosso país e para dar uma vida melhor a nossos filhos. Apesar de termos nosso parceiro, as crianças, quando têm fome, vão procurar a mãe e dizem “mãe, eu tenho fome”. E então, somos nós as que estamos frente à situação, somos alicerces e somos o principal objeto de violência.

Fui empregada de Facussé durante 7 anos e posso dizer que o trabalho lá não é digno. Éramos contratadas por dois meses e depois nos propunham trabalhar sem contrato. Realizei diferentes tipos de tarefas, fertilizando dendezeiros, colhendo a fruta do chão que se debulhava durante a colheita, no viveiro ou na usina extratora na fabricação de óleo, manteiga ou margarina. Para as aplicações no campo, o único equipamento que nos davam eram luvas, inclusive eu me intoxiquei trabalhando lá e quando aconteceu pela segunda vez, eu já tinha virado asmática, meus pulmões estavam débeis pela inalação de químicos. Fui a uma doutora que

me disse que estava intoxicada, porque o veneno tinha ido para o sangue e me deu um atestado por três dias. O Engenheiro da empresa rasgou o atestado e eu continuei trabalhando, até que um dia ele viu que minha saúde piorava e disse que eu devia ir para minha casa até ficar melhor. Sem trabalho não há pagamento, é uma total exploração, pois é bem difícil estar doente e não receber. Ao unir-me ao movimento de luta pela recuperação de terras tomei a decisão de deixar de trabalhar lá.

Há 8 meses, eles iniciaram uma perseguição contra mim e contra meus filhos. Eles têm investigado quem é da minha família aqui na área. Um dia, um guarda de Facussé perguntou sobre meu paradeiro a uma amiga, que não lhe deu a informação, mas o guarda disse que todos os que tinham trabalhado para Facussé deviam ser “despachados”. Vigiam minha casa, seguem minhas filhas quando vão à escola, as vigiam todo dia. Em outra ocasião, na saída da escola, uma caminhonete perseguiu minha filha. Ela se jogou na valeta para que não a atropelassem. Eles pararam, abriram a janela, apontaram arma para ameaçá-la e pediram informações sobre sua mãe. Riam dela ao vê-la assustada, faziam-lhe perguntas sobre sua mãe e o resto da família, perguntaram-lhe onde trabalhava e a ameaçavam dizendo que se ela estivesse mentindo iriam matá-la. Tentando intimidá-la, diziam “vamos matar você e sua mãe, vamos levá-la para longe de você e também vamos matá-la”. Eles têm apavorado minhas filhas a ponto de as duas reprovarem na escola, já que têm medo e ficam muito nervosas.”

*Guadalupe, mulher, mãe e viúva, assentamento Guadalupe Carney. Seu marido, membro do “Movimiento Campesino del Aguán – MCA” (Movimento Camponês do Aguán) foi morto em novembro de 2010 na fazenda El Tumbador, Baixo Aguán, Honduras. (3)*

“Eles eram apenas cinco camponeses e mais de 200 guardas de segurança de Miguel Facussé que os esperaram, atacando-os pelos dois lados sem deixar saída. Foram três horas de tiroteio. Perseguiram os camponeses até que todos foram mortos. Eles não tinham armas, somente portavam os machetes para trabalhar. Os guardas colocaram armas em mãos depois de mortos para acusá-los de porte de armas e desmoralizá-los junto ao povo.

Eu fui a última a saber que meu marido estava morto. A comunidade se mobilizou para tirar os corpos do campo, porque os guardas de Facussé tentaram queimá-los com gasolina para que nós não os velássemos em nossa comunidade. Depois disso, soubemos que Facussé ofereceu dinheiro às famílias pelos corpos, para que elas não fizessem reclamações... como se fossem animais que ele matou e pelos quais pagava. Ele estava procurando se livrar da acusação, mas nós nos negamos e respondemos que o que nós queríamos era justiça contra ele, porque com esse dinheiro não recuperaríamos a vida de nossos companheiros. Dessa forma, ele estava aceitando a responsabilidade pelas mortes.

Ele acha que com dinheiro pode fazer de tudo, mas isso não pode ser. Eu gostaria de que a justiça fosse feita para demonstrar que nós também valemos, que não é somente ele que vale, isso é o que mais desejo.”

Foi inevitável reviver a dor ao comentar os eventos ocorridos naquele mês de

novembro, nove meses depois de ter recuperado a propriedade. Guadalupe retorna ao presente para referir-se a seu filho na escola que “era muito apegado ao pai, às vezes não pode dormir, eu lhe digo que foi pela terra que ele morreu. Falamos sempre dele, então agora já compreende um pouco melhor”

Depois de nos organizar para recuperar a terra no ano de 2000, organizamos várias empresas entre conhecidos e nos instalamos aqui armando “champitas” [casas improvisadas de náilon e madeira] em primeiro lugar. Mediram-se os lotes e repartiu-se um quarto lote para cada família. Nós limpamos a terra, recuperamos os dendezeiros existentes e semeamos outros cultivos em nossos lotes. Não se deve semear sempre o mesmo. Além disso, no alto da ladeira dividimos a terra entre os membros do assentamento para cultivar o que cada família achasse necessário”.

Ao ficar sozinha em casa e como chefe de família, Guadalupe teve que assumir uma enorme carga e responsabilidade. Além de ocupar-se de seu filho, começou a trabalhar fora da casa em uma cooperativa de produtores. Cria galinhas e pavões, mantém sua horta onde a banana, o dendê, o abacate, o agave, o milho, entre outros cultivos, lhe permitem subsistir e participar das reuniões do movimento.

“Os militares estão aqui dia e noite, estão sempre vigiando a comunidade. Passam controlando a comunidade toda, checando as entradas e saídas. Estão sempre com o ouvido aí, escutando o que dizemos ou fazemos para informar aos inimigos da comunidade, ao pessoal de René Morales ou Miguel Facussé. Além disso, também estão os guardas de Facussé, que se vestem com roupa diferente a cada dia, às vezes azul, às vezes branca, e assim a gente não os reconhece quando andam pela rodovia. Há sempre uma sensação de medo enquanto o filho não chega da escola, quando saio às 4 da manhã de bicicleta para o trabalho, a todo momento. A gente tem medo de andar pela rodovia, medo deles, porque quando veem você sozinho podem matá-lo. Isso aconteceu com um vizinho, o seguiram e antes de que chegasse a sua casa atiraram nele.

Quando é perguntada sobre como se vê no futuro, responde “Eu não me vejo em outro lado com meu filho. Vamos continuar lutando pelo que começamos aqui, como ele fez [seu marido]. Eu gostaria de ter nossas terras livres para trabalhar tranquila.”

### ***Lutas e esperanças de mulheres***

Apesar de todas as dificuldades, as mulheres se organizam e se fortalecem. No quadro do Encontro Internacional se organizou um workshop de mulheres, convocado “porque achamos que é importante nos olhar e falar para nos organizar, sentir e ter mais força, conhecer e aprender nossas lutas, entender e lutar contra o patriarcado, forjar a luta desde todas, sentir-nos apreciadas, perder o medo e defender-nos”.

“As que somos do Aguán e de organizações camponesas lutamos junto com nossos companheiros pela terra e enfrentamos com eles a repressão, a violência de policiais, militares e guardas de segurança. Temos que enterrar companheiros, irmãos, pais e até nossos próprios filhos, chorar por eles, e continuar em frente. O medo que nos dá a repressão nos causa pesadelos, insônia, doenças, dores de



cabeça, nervosismo para falar, para caminhar, para viver todos os dias. Mas nos organizamos com outras mulheres para enfrentar essa situação, reveamos turnos de segurança para nos proteger, para dormir, comer e falar sobre como vamos fazer para seguir em frente. E vamos em frente. Nessa luta, estamos todos e todas juntos.” (4)

Este artigo foi preparado pelo WRM baseado na sua participação no Encontro Internacional pelos Direitos Humanos em Solidariedade com Honduras, fevereiro 2012.

(1) Relatório realizado a partir da visita de uma missão de organizações de DDHH à área do Baixo Aguán, Honduras, de 8 a 11 de dezembro de 2010. Ler texto completo em <http://wrm.org.uy/paises/Honduras/HondurasMisionDDHH-2010.pdf>

(2) “Encuentro Internacional por los Derechos Humanos en Solidaridad con Honduras” (Encontro Internacional pelos Direitos Humanos em Solidariedade com Honduras), realizado em Tocoa, Colón, de 17 a 20 de fevereiro de 2012. Ler mais informação e Declaração final do encontro em <http://www.mioaguan.blogspot.com/>

(3) Por mais informação sobre a massacre em El Tumbador ver “Masacre y barbarie en el Bajo Aguán” (Massacre e barbárie no Baixo Aguán), em [http://www.rel-uita.org/agricultura/palma\\_africana/masacre\\_y\\_barbarie\\_en\\_bajo\\_aguan.htm](http://www.rel-uita.org/agricultura/palma_africana/masacre_y_barbarie_en_bajo_aguan.htm)

(4) Declaratória do workshop “Cuerpos, luchas y esperanzas de las mujeres” (Corpos, lutas e esperanças das mulheres), realizado em La Confianza, Colón, em 16 de fevereiro de 2012, preparatório do Encontro Internacional pelos Direitos Humanos em Solidariedade com Honduras. Ler texto completo da Declaratória em <http://www.mioaguan.blogspot.com/>

Início

---

## POVOS EM AÇÃO

### - Resposta pública do WRM à Forest Trends

O artigo “Serviços ambientais e sua proposta de mercantilização e financeirização da natureza: Florestas, monoculturas de árvores e a ‘economia verde’”, publicado no Boletim N°175 do WRM, motivou uma reclamação da ONG Forest Trends. Tal queixa dizia respeito à informação fornecida no citado artigo quanto à falta de participação popular na aprovação de uma lei que promove o comércio dos serviços ambientais no Acre, Brasil.

Na resposta dada à Forest Trends, o WRM mantém sua afirmação e esclarece a forma em que a lei foi aprovada “sem a devida discussão com setores da sociedade diretamente impactados pela lei, isto é, os homens e as mulheres do campo e das florestas”. A resposta pública pode ser acessada em inglês em: [http://www.wrm.org.uy/bulletin/175/Response\\_to\\_Forest\\_Trends.html](http://www.wrm.org.uy/bulletin/175/Response_to_Forest_Trends.html), ou em português em: [http://www.wrm.org.uy/boletim/175/Resposta\\_para\\_Forest\\_Trends.html](http://www.wrm.org.uy/boletim/175/Resposta_para_Forest_Trends.html)

### **- Ação pelos rios e contra as barragens**

No dia 14 de março, Dia Internacional de Ação pelos Rios e contra as Barragens, inúmeras vezes se ergueram contra projetos hídricos destruidores- como a construção de barragens-, reclamam pela saúde das bacias e exigem o manejo equitativo e sustentável dos rios.

Ao longo dos anos, a organização internacional Rivers Network (IRN) tem convocado para uma ação global de luta. Neste ano, o IRN fez públicas as mais de 120 ações planejadas em mais de 45 países: “desde festivais, coletivas de imprensa, atividades em caiaque, limpeza de rios e protestos até reuniões religiosas, lançamentos de campanhas contra represas hidrelétricas e mais”. É possível acessar um mapa destas ações no site do IRN:

<http://www.internationalrivers.org/en/node/7094>

### **- Os países do Sul e as florestas não deveriam esperar nada de bom dos mercados de carbono**

Várias organizações sociais de diversos cantos do mundo assinaram e publicaram o documento “Carbon markets will not deliver for Southern governments, forests and people” (Os mercados de carbono não beneficiarão os governos do Sul, as florestas nem as pessoas), em que alertavam aos governos do Sul que não devem ter expectativas em um mercado mundial de carbono que inclua créditos de carbono das florestas ou créditos REDD.

Os principais motivos que apresentam para essa afirmação é que o Regime de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia (EU ETS)- o maior mercado de carbono- não incluirá as florestas, no mínimo até 2020, e que os créditos de carbono em sua qualidade de “commodity” têm mostrado um desempenho péssimo.

Por outro lado, no caso em que viesse a existir um mercado de carbono das florestas, o dinheiro que poderia chegar a elas seria exíguo porque, como acontece com qualquer outro mercado de commodities, os que mais se enriquecem são aqueles que comerciam ou especulam enquanto os produtores recebem apenas uma porcentagem limitada do custo final, e, finalmente, ainda que fossem destinados fundos às florestas, não chegariam a países de “alto risco” (o que inclui vários países africanos) porque os investidores aplicam o dinheiro nos lugares em que o risco é menor e o retorno é maior.

O documento pode ser acessado, em português, em:  
[http://www.fern.org/sites/fern.org/files/carbonleaflet\\_25nov.pdf](http://www.fern.org/sites/fern.org/files/carbonleaflet_25nov.pdf)

Início

---

### **- Chamamento a moratória e fiscalização precautória da biologia sintética**

Uma ampla coalizão de organizações do mundo todo lançou a primeira declaração da sociedade civil mundial com a formulação dos princípios que devem ser adotados para proteger a saúde pública e o ambiente contra os riscos decorrentes da biologia sintética e para abordar seus perigos econômicos, sociais e éticos.

Enquanto não forem aplicados esses princípios regentes, a coalizão reclama uma moratória à liberação e ao uso comercial de organismos e produtos sintéticos em função dos perigos que implica essa “engenharia genética extrema”, que escreve o código genético para criar genes, rasgos genéticos e possivelmente formas de vida totalmente novos.

O relatório na íntegra (em inglês) pode ser acessado em [www.foe.org/principles-for-synthetic-biology](http://www.foe.org/principles-for-synthetic-biology)

Início

---